



Travestis na Ditadura Militar

H.S. Tavares¹

¹Universidade Federal Fluminense

*hiagotavares@id.uff.br

Resumo

O presente trabalho apresenta um estudo acerca da travestilidade no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Tem por objetivo analisar o tratamento recebido pelas travestis por parte do governo e por um jornal do Rio de Janeiro chamado Diário de Notícias. Nesses termos, fazendo uso de documentos oficiais e das reportagens do jornal Diário de Notícias, analisa as bases desse tratamento no período do governo de Emílio Garrastazu de Médiçi (1969-1974), principalmente a partir do Ato Institucional nº 5. Ao final, verifica que, ao modo de Goffman, as representações estigmatizantes sobre essas minorias eram a base dos discursos que circulavam na sociedade

Palavras-chave: Travestilidade. Ditadura Militar. Repressão Sexual.

1. Introdução

A filósofa Judith Butler (1993) aponta que algumas vidas não se qualificam na mesma proporção que outras. Ou seja, em nossa sociedade, há diferenças e desigualdades entre os indivíduos. Seja uma diferença/desigualdade social, étnica, de classe, de gênero e assim por diante. Com as pessoas travestis, há também uma espécie de hierarquia em que algumas pessoas julgam ser melhores do que essa população sobre a qual o trabalho trata. Parte dessas ditas diferenças ocorrem devido ao estigma que a população travesti carrega em suas imagens e na sua vida cotidiana. Para Borrillo, o desprezo, os discursos de ódio e até da violência física traduz em um

Fenômeno complexo e variado que pode ser percebido nas piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo efeminado, mas elas podem também assumir formas mais brutais, chegando até a vontade de extermínio, como foi o caso na Alemanha Nazista. (BORRILLO, 2010, p.16)

Além da perseguição aos não heterossexuais, tanto no Nazismo citado acima por Borrillo, quanto na Ditadura Militar, ocorrida no Brasil, de 1964 até 1985, as travestis, e toda população LGBT¹ teve sua dignidade física, social e humana negada. Leis como as leis da vadiagem eram usadas constantemente para impedir as pessoas travestis de ocuparem as ruas. A censura retirou-as da televisão e dos espaços culturais como teatro e shows populares,

1 Termo usado para pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis/Transexuais. O termo vem aumentando no decorrer de demandas de novas orientações e diversidade de gênero.

permitindo apenas os seus corpos serem usados como objetos sexuais como aponta Lopes (2016). Por mais que sejam escassos os estudos sobre o tema da travestilidade no período da Ditadura Militar, julga-se necessário, após as duas Comissões da Verdade que possuíam o intuito de lembrar e ressarcir de alguma forma as vítimas da violência causada pelo governo, estudar e delimitar os acontecimentos que ocorreram com a população travesti. O objeto de estudo são as representações das feitas pelo governo e por um jornal popular sobre as pessoas travesti. Assim, procura-se no decorrer do trabalho analisar a forma pela qual elas eram representadas. O método de análise foi, além de leitura bibliográfica, a análise de discurso de um jornal popular e do governo época, buscando entender como a população travesti era vista e representada na época da Ditadura Militar, principalmente no governo Médici.

Há carência de estudos sobre a repressão contra travesti na época da ditadura militar. Não é difícil encontrar nas bibliotecas e em acervos online informações sobre o período do golpe de 1964 e seu decorrer. Há análises políticas, econômicas e até da censura, mas quando se trata da violência sofrida pelo público travesti, é raro de se encontrar. Porém, isso não significa que travestilidade seja um tema novo, e que as agressões físicas e verbais a este público sejam ocorrências pontuais da ditadura.

É necessário conceituar antes, que repressão ocorreu ao público travesti. Para Lopes o que ocorreu foi:

Um conjunto histórico de intolerância, agressão verbal, assassinatos sádicos e de requintes em crueldade, crimes de ódio, escárnio, apedrejamento, hostilidade, constrangimento, recriminações, estigmatização, assédio moral, violências hierárquicas, marginalização, agressão e ofensas, prisões arbitrárias. Processos e repetições que cristalizam sentidos, espaços, imagens e referências, que forjam realidades e experiências, participam de processos de subjetivação (LOPES, 2016, p.149).

Na obra intitulada “Homossexualidades, repressão e resistência em tempos de Ditadura Militar no Brasil” Quinalha e Green (2014) apontam que a criação das Comissões da Verdade foi essencial para colocar em pauta o tema das sexualidades, não como assunto



transversal, mas destacando um recorte da população que sofreu perseguição, principalmente na criação do AI-5 descrito no capítulo anterior. A comissão então possui caráter memorial de ressarcimento para essa população que até então era invisível quando se falava em ditadura militar no Brasil.

A comissão, como aponta Green e Quinalha (2014), investigou a violação dos Direitos Humanos onde houve duas audiências públicas. Mas aqui é importante ressaltar o apagamento da travestilidade nos debates. O livro organizado pelos autores acima não possui um capítulo acerca da violência sofrida pelas travestis. É necessário ainda pontuar os estudos apenas pelo prisma da homossexualidade, não contemplando as outras variantes. A primeira recebeu o nome de “Ditadura e Homossexualidade: a resistência do Movimento LGBT”. Ela foi realizada em 26 de Novembro de 2013. A segunda ocorreu em 29 de março de 2014 com a parceria do Memorial da Resistência. As duas audiências geraram o livro descrito acima no qual se recria a luta das travestis pela sobrevivência e sua identidade no período ditatorial, além de contextualizá-las com as questões políticas do seu tempo.

É importante começar essa discussão alegando que, por mais que o período histórico escolhido se baseie no período militar, principalmente no período Medici (1969-1973), devemos considerar que:

“Desde a Guerra Fria, os discursos médicos e policiais, tentavam patologizar e controlar a homossexualidade, vista como uma prática perigosa, secreta, degenerativa, e ligada ao gênero; uma prática que estas autoridades associaram, imprecisamente, com a subversão e a (in)segurança nacional” (GREEN & QUINALHA, 2014, p.30)

Ou seja, por mais que o trabalho trate de um período em específico, precisa-se afirmar que a repressão para com a população LGBT não é uma ocorrência específica. Em uma época marcada por um discurso de anticomunismo e com uma extensa postura conservadora cristã, Green e Quinalha (2014) apontam que qualquer pessoa que desviasse da moral estabelecida era tido como subversivo e com isso, mereciam ser repreendidos ou simplesmente aniquilados do convívio social. Sendo assim,

o regime autoritário brasileiro estruturou um complexo aparato repressivo orientado não apenas para eliminar dissidentes políticos, mas também para regular e normalizar os corpos marcados por

orientação sexual e/ou identidade de gêneros dissidentes. Para isso, foi preciso fazer convergir a atuação de diversas agências estatais que integravam as comunidades de informações, segurança e de censura em torno de uma agenda moral comum, apesar das disputas e tensões entre elas. (QUINALHA, 2017, p.8)

Na polícia, por exemplo, havia nas fichas “alegações de homossexual” como acusação de pessoas. A Mídia também, principalmente os jornais como analisaremos mais à frente, alegam um clima de caça às travestis. Em um momento em que não são necessárias provas para haver prisões, nota-se o abuso claro dos militares para com essas pessoas. Há relatos de travestis nos quais é possível notar a presença da violência e perseguição. Agentes patrulhavam as ruas em busca dos que eles chamavam de “vadios”, termo que era dado as pessoas sem trabalho fixo, ao qual as travestis eram associadas. A lei da vadiagem consistia em

Os (sic) travestis detidos deviam provar que tinham emprego remunerado. Se não pudessem apresentar documentos devidamente assinados por alguma empresa, estabelecimento comercial ou qualquer empregador legítimo, tinham trinta dias para conseguir um emprego. Se fossem presos novamente sem ter preenchido esse requisito, ficavam sujeitos a até três meses de prisão... Os travestis que estivessem legalmente registrados e empregados, mas que ainda assim atuassem na prostituição em meio período, também poderiam ser acusados de atentado ao pudor ou perturbação da ordem pública. (LOPES, 2016, p.160).

Qualquer reunião ou encontro de LGBT's ou mulheres era associado como organizações contra o governo e rapidamente dispersado através da força. Essa operação limpeza consistia em blitz e detenções.

A censura também controlou os eventos da população LGBT. Por mais que artistas como Rogéria e Ney Matogrosso tivessem sua arte respeitada e sua dignidade respeitada, no período ditatorial, a maioria dos artistas que não se enquadravam em padrões heteronormativos, eram caçados. Como por exemplo, o Miss Travesti Brasil e o Congresso Nacional do Terceiro Sexo foram censurados e impedidos de acontecer. Tais atos como aponta Green e Quinalha (2014) teria como principal característica a limpeza do espaço urbano. Tanto que foi criada a Operação Cidade onde rondas de policiais ministradas pelo delegado José Wilson Richetti e apoiada pelo jornal O estado de São Paulo colocava ainda mais as travestis em um gueto de vulnerabilidade e coesão. Sendo assim

A comunidade LGBT foi um alvo privilegiado das violências: perseguição a travestis expostas ao olhar vigilante da repressão, sobretudo nos pontos de prostituição onde eram enquadradas nos crimes de vadiagem (por não terem emprego com registro) ou de perturbação da ordem pública (...) Para reforçar a ideia de degeneração dos valores morais e o esteriótipo do inimigo interno que justificava a repressão e agravava os preconceitos (LOPES, 2016, p.149)

De acordo com Lopes (2016), a partir da década de 1960, as travestis começaram a ocupar espaços nas ruas de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Se antes, a sua imagem era só vista na televisão ou em peças, agora era fácil vê-las juntas com a noite das grandes cidades. Ou seja, no mesmo período em que a população travesti ocupa as ruas, sua repressão é acentuada como parte higienizadora do projeto ditatorial, pessoas travestis não deviam ocupar as cidades e, sim, os guetos. Lopes conclui que “Ao mesmo tempo, essa nova visibilidade cotidiana travesti foi respondida por novas violências, exclusões e hierarquias, inclusive institucionais, materializadas, por exemplo, pela dificuldade em se conseguir emprego.” (LOPES, 2016, p.161).

Como a maioria da população travesti não possuía emprego devido ao estigma descrito no primeiro capítulo, e pela imagem que a mídia criou dessas pessoas, elas sempre voltavam para a cadeia, e esse ciclo permaneceu durante todo o período militar. Quando as travestis eram presas

Eram levados para os distritos policiais ou prisões comuns, onde permaneciam por horas ou dias. Ali, eram submetidos a diversas humilhações e torturas relacionadas, muitas vezes, à orientação sexual ou à identidade de gênero. Como muitos eram abordados em zonas de prostituição e se dedicavam a esta atividade profissional, as “bichas” e travestis eram também extorquidas para serem liberadas ou mesmo para terem um tratamento menos violento (QUINALHA, 2017, p.173)

A mídia, como um todo, serviu aos interesses dos setores conservadores. De acordo com Quinalha (2017), a imprensa marrom tornava todo acontecimento com personagens LGBT em algo sensacionalista. Repleto de estereótipos e de preconceitos, os discursos presentes nos jornais que circulavam pelo Brasil faziam com que as travestis e as outras

sexualidades não heterossexuais ficassem cada vez mais estereotipadas e sujeitas a mais violência. Quinalha acrescenta que

A maior parte das publicações da imprensa “marrom”, expressão usada para referir a veículos sensacionalistas, que publicava matérias ou reportagens sobre sexualidades dissidentes, de modo a reproduzir visões estereotipadas e estigmatizantes. Geralmente, homossexuais e travestis eram associados à criminalidade e, com frequência, apareciam nas páginas policiais, seja como vítimas ou como suspeitos (QUINALHA, 2017, p.138)

Os civis que atuavam nas prisões, faziam de toda a violência de forma legal. A violência não atingiu apenas as travestis das ruas. Como dito anteriormente, a mídia foi uma grande apoiadora da ditadura militar. A divisão de Censura de Diversões públicas mais conhecidas como DCDP teve início em meados de 1972, sendo um órgão totalmente político estatal, oficializou vários decretos impedindo a população LGBT de aparecerem na televisão. A não ser se apropriassem do dito masculino, das vestes e da postura socialmente designada para os homens. Se antes, as travestis eram usadas apenas como objetivo de riso e entretenimento da população; agora, não poderiam mais. Quinalha acrescenta que

O Diretor do DCDP, alegando nos “considerando” haver “reiteradas reclamações acerca da presença de travestis nas programações de televisão”, baixou a Instrução Normativa n. 03/85, com base no Decreto 20.943 de 1946, extrapolando seus poderes regulamentares por criar obrigações e exigências não previstas na legislação vigente. Com apenas dois artigos, o ato administrativo, apesar de apenas classificatório, anunciava a nova tendência de uma censura em vias de extinção e traçava uma linha tênue e vaga entre representações homossexuais discretas e toleráveis, de um lado, e figuras com excesso de trejeitos do gênero “oposto” que deveriam ser policiadas. Assim estava redigida a Instrução Normativa: 1 – A apresentação de travestidos, de homem ou de mulher aparentemente homossexual, respectivamente em atitude ostensivamente efeminada ou masculinizada, quer em telenovela como em programa de auditório, terá a veiculação televisiva autorizada para após as 21 (vinte e uma) horas. 1.1 – O tratamento cênico dado, assim por animador como por narrador, travestido ou homossexual aparente não poderá ser ofensivo à dignidade humana do apresentado, (QUINALHA, 2017, p. 215)



Um dos jornais que, criado por gays, se mostrou grande defensor da população LGBT foi o Lâmpião da Esquina. Para cada notícia jornalística que saía na imprensa, o jornal tentava desmitificar os argumentos negativos. O Lâmpião foi o primeiro jornal a dar voz às pessoas de sexualidades segregadas. Para estudiosos como Quinalha (2017) e Green (2014), o lâmpião pode ser considerado um dos primeiros (se não o primeiro) início do movimento LGBT trazendo visibilidade para a população dita marginalizada. Sendo assim,

O Lâmpião lutou pelos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, ao defender a despatologização da homossexualidade, denunciar as violências contra os LGBT e reivindicar a liberdade de expressão das múltiplas identidades de gênero. (SILVA & BRITO. 2017, p.216)

Como exemplo da importância do jornal Lâmpião da esquina para a população LGBT no período da ditadura, Silva e Brito (2017) apontam que na edição número 35, de abril de 1981, o jornal abordou o assunto da transexualidade trazendo entrevistas com pessoas transexuais e travestis para saber se elas teriam desejo de fazer ou não a redesignação sexual, ou o que chamamos pelo senso comum de mudança de sexo. Para um período de extrema repressão é importante ressaltar a

Coragem de veículos da imprensa alternativa como o Lâmpião da Esquina, que questionava abusos e tornava visível uma população que estava à margem do conceito de cidadania e que desejava ser respeitada e incluída ao invés de ser perseguida e criminalizada.(...) Analisar a travestilidade e a transexualidade no Lâmpião da Esquina, em última instância é tentar compreender um imaginário de resistência, coragem e por vezes repetição de preconceitos. A população LGBT está sujeita a mimetizar preconceitos impostos a ela como qualquer outro grupo social marginalizado. Mas a existência desse jornal é uma referência decisiva, durante a ditadura, na desnaturalização da distinção binária de gêneros do senso comum ao científico e contribuiu para dismantelar que “o sexo é o corte”, as relações de poder, hierarquias e assimetrias entre os “normais” e as travestis. (SILVA & BRITO. 2017, p.232,236)

Conclui-se ressaltando que a perseguição às pessoas travestis ocorreu de forma acentuada no período militar, em que houve violação dos direitos humanos, abuso de poder do estado e apoio da grande massa ao ocorrido. Como já foi dito, é importante ressaltar a importância do jornal Lâmpião da esquina, nesse contexto, auxiliando com discursos que contribuíram para o fortalecimento da luta da população LGBT.

3. Resultados e Discussão

O jornal escolhido para a pesquisa documental foi o “Diário de Notícias”. A escolha se deu por ser um jornal lido com frequência no período da Ditadura Militar e também pelo motivo de seu acervo ser de fácil acesso na internet, no site da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Após digitar a palavra travesti nessa aba de pesquisa do site, apareceu 326 páginas correspondentes para a palavra pesquisada. Porém após leitura das notícias, percebeu-se que havia muitas repetições de por exemplo, propagando de casa de show. Todas as páginas foram lidas e analisadas de acordo com os textos bibliográficos referenciados, sendo que algumas dessas páginas se encontram em anexo. O período histórico escolhido para a coleta dos discursos foi o de 1969 a 1973, em que houve maior incidência de violência contra a população no geral e, especificamente, o público LGBT, principalmente por meio do AI 5 que, como dito no decorrer do trabalho, foi o mais repressor de todos os atos. O corpus discursivo da pesquisa consiste em 26 notícias retiradas do Diário de Notícias, sendo as julgadas mais importantes, citadas pois foi onde houve uma violência mais perceptível ao olhar. De qualquer modo, antes da pesquisa é necessário contextualizar a história do jornal analisado.

A primeira notícia retirada do jornal consiste no título: “*Travesti não entra*”, a data é correspondente a vinte de janeiro de mil novecentos e setenta (20/01/1970), em uma terça-feira. A notícia, em suma, indica a seguinte fala: “Informam a esta colunista que não serão aceitas inscrições de fantasias que tenham pinta de travesti” (RIZZO, 1970, on-line). Nota-se que os lugares já delimitam onde uma pessoa travesti pode frequentar. Além disso há a presença do dizer “pinta de travesti” onde não é aceitável que as pessoas pareçam com uma, mesmo não sendo. Como aponta Goffman (2008), existe um estigma acerca das pessoas excluídas (travestis). Com isso, a sociedade não quer se referenciada, parecida com essas pessoas. Com isso a população travesti acaba sendo, como vista nesse trecho do jornal, uma comparação pejorativa, com referência a algo negativo que, claro, ninguém vai querer se associar.

Numa próxima sequência discursiva da pesquisa proposta, analisa-se o jornal do dia trinta de janeiro de mil novecentos e setenta (30/01/1970). No meio de várias notícias aleatórias aparece o seguinte título: “*São cinquenta bonecas e vieram para sambar*”. Era

muito associado o termo boneca com as travestis pelo fato de que as maquiagens usadas por elas serem consideradas exageradas. Dentre na notícia, chama atenção o seguinte trecho:

O movimento de ontem no Galeão teve seu lance pitoresco ainda pela manhã quando desembarcaram de um avião 101 passageiros: eram do Internacional Namads Club-40 mulheres e 50 bonecas que chegavam para possuir o carnaval do Rio (...) Um destes vinha na companhia da loura Suzanne. Ao perguntarem se era mulher, respondeu simplesmente: “Que importância tem isso?” A pergunta havia sido feita porque Alfredo Vidal informava que dois rapazes vinham em companhia de suas mulheres. A verdade é que não foi possível identificar, no duro, quem eram as esposas, quem eram os maridos” (SILVEIRA, 1970, p.2)

O termo bonecas aparece com teor cômico na notícia, há a separação entre mulheres e bonecas. Esse termo, referido a um ser sem vida, um brinquedo. Um objeto que se pode maquiar, quebrar membros, vesti-la, despi-la mas depois, guardá-la. Há então essa objetificação dos corpos das travestis. Esse intuito em se fazer uso como algo descartável. Como aponta Butler (2003), a sociedade qualifica, define e cria as idéias de normalidade. Ou seja, há uma hierarquia de valores para cada indivíduo. Sendo assim algumas pessoas seriam mais humanas do que outras, em se tratando de questão de visibilidade e direitos sociais. Como existem diferentes grupos sociais como pessoas ricas e pobres ou também brancos e negros, gays e heterossexuais, a sociedade que escolhe qual é o padrão estabelecido, acaba estigmatizando e excluindo os outros grupos sociais e indivíduos que não se encaixam.

Prosseguindo com a análise, ainda sobre o mesmo trecho do jornal, há um subtítulo chamado *Confusão*, em que um artista fica irritado pelo motivo dos repórteres terem associado à sua imagem com a do público descrito na citação anterior. Nota-se a notícia: “No mesmo avião, chegou o artista russo Joseph Peters, naturalizado norte americano e que ficou zangado ao achar que os repórteres o confundiram com um dos integrantes do grupo de bonecas.” (SILVEIRA, 1970, p2).

A dominação masculina, descrita por Bourdieu (2002), é importante para analisar o pensamento de como esses e outros homens tendem a não querer serem associados a qualquer coisa que remeta ao gênero feminino. Sejam em coisas simples, como cores (rosa), sejam nessas situações onde há uma confusão em determinar o gênero das travestis e vê-las com uma aparência que foge do dito normal, que remete à suposta fragilidade da mulher.

Em um próximo tópico da presente pesquisa, avalia-se a primeira seção do jornal de cinco de fevereiro de mil novecentos e setenta (05/02/1970). Com o título “*Extremos: Elas corrompem menores e eles vão de travesti no “trottoir”*”, Gilvandro Gambarra em sua resenha policial, escreve

Coisas de extremos, entremeados de extrema pouca vergonha. Em são Paulo, umas tais mulheres foram presas por corrupção (...) Acusadas de corromperem, com o amor enganoso e precoce, uns tais menores de 18 anos. (...) Ali na praça onze, do que à primeira vista, lhes pareciam 3 mulheres no feio “exercício” de balançarem a bolsinha. (GAMBARRA, 1970, p.3)

O termo *trottoir* se refere simplesmente à prática da prostituição. Com a leitura da obra de Gazelatto e Gardin (2016), percebe-se que termos como pouca vergonha, amor enganoso, feio exercício são adjetivos que carregam um discurso de ódio, que incentivam práticas agressivas para com minorias. Tais mulheres, como dito na citação acima, mostram como há a presença da desqualificação, havendo inclusive recusa no uso dos seus nomes. Ainda no decorrer da citação e em todo jornal, o nome de nascimento das travestis foi colocado e acentuado nos textos jornalísticos do jornal Diário de Notícias, porém, com respeito à integridade da população travesti, optou-se por não colocá-los no devido trabalho. Na parte dos anexos, há a presença de todas as matérias para devida análise. Ainda no mesmo texto do jornal, Gambarra prossegue

Três exemplares da espécie vestindo roupas femininas, longas perucas e elevados sapatos correspondentes, estavam naquela de rodar na bolsinha, aí na área ofensiva do travesti. E pasmem, fazendo o *trottoir!* (...) as atenções se voltaram sobre ela, digo, sobre ele que, entretanto, repelia o tratamento no masculino. “Eu heim? _ Dizia a inaceitável figura de gente. _ Não vê logo o que eu sou?... Pois estou fazendo tratamento intensivo para mudar tudo do que sou. Do que fui, aliás, pois agora sou outra. E de fato, fazia e dizia tudo como mulher. Sobretudo, dizia, com uma voz fininha debochada, com o que tentava atestar as tais mudanças, que no mais, era só fachada, com os resultados puníveis correspondentes, pois não se podem alterar, assim impunemente, as confecções da natureza” (GAMBARRA, 1970, p.3)

Em uma análise de Gazelatto e Gardin (2016), o discurso de ódio contra a população LGBT é refletida em agressões físicas por parte da sociedade civil como um todo. No trecho



acima, o autor “amola facas”. Este termo é criado pelo psicólogo Baptista, em que ele alega que os episódios de agressões para com o público LGBT indicam a existência de uma cultura difícil de ver, mas que ainda assim tem controle na vida das pessoas, com um caráter coercitivo em atos que fogem dos padrões heteronormativos.

Ainda que diretamente não sejam feitos discursos de ódio ou de motivação transfóbica, o silêncio, somado à alegação de que alguns assuntos devem ser tratados apenas no convívio doméstico, se constitui como uma forma negativa de tratamento dado as travestis. Baptista se refere a essa situação com a expressão-conceito “amolar facas”. Em seu livro, *Cidade dos Sábios*, ele descreve:

O fio da faca que esquarteja, ou o tiro certo nos olhos, possui aliados. Agentes sem rostos que preparam o solo para esses sinistros atos. Sem cara ou personalidade, podem ser encontrados em discursos, textos, falas, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas etc. Destituídos de aparente crueldade, tais aliados amolam a faca e enfraquecem a vítima, reduzindo-a a pobre coitado, cúmplice do ato, carente de cuidado, fraco e estranho a nós, estranho a uma condição humana plenamente viva (BAPTISTA, 1999, p.46).

Seguindo com a análise documental, da data de dezoito de agosto de mil novecentos e setenta, (18/08/1970) e de número 14.663, vemos na capa do jornal o seguinte título: *Travesti com a imagem de Aiko Tanaka*. Um dos trechos aponta

Aiko Tanaka, travesti paulista, enganou um juri de TV e venceu um concurso na escolha de mais bela nisei. No final, era homem e foi desclassificada. (...) A bela japonesinha não passava de um vigarista japonês, residente em São Paulo, que se travestiu para ganhar os prêmios do concurso. (...) Um dos mais traumatizados do juri é o jornalista Sérgio Bitencourt, que cantou prosas e versos a beleza de Akiko. (...) O travesti deverá ser recambiado para o Rio, pois se encontra em São Paulo, para prestar os “devidos esclarecimentos” na 12ª DP (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1970, p.1)

Importante ressaltar aqui que o nome de registro da travesti aqui foi mantido pois é o mesmo, pelo visto, do seu nome social. No trecho descrito sobre o concurso de beleza, em 1970, de nisei (japonesas nascidos fora do Japão) mais bonita, consegue-se notar que com a vitória de uma travesti causou embaraço para o evento. A travesti foi chamada de vigarista e foi encaminhada para a polícia para depor como se tivesse cometido um crime. (o crime foi

desafiar a ordem de gênero). Também importante ressaltar que o termo “devidos esclarecimentos”, consta entre parênteses onde não se sabe o que pode ter acontecido no depoimento dela. É necessário apontar que um dos juris do concurso tenha ficado, como aponta o texto, traumatizado por ter achado uma travesti bonita e tê-la elogiado. Sendo assim, o corpo da travesti, como aponta BENEDETTI (2008) é um corpo negado a todo momento, é excluído de qualquer fonte de apreciação. Se seus corpos são desejados, são sempre em segredo. Percebe-se que como compreende hoje a travestilidade não é a mesma que se entendia na época analisada. A noção era de “estar de travesti” como ligado exclusivamente a vestimenta e não como uma identidade, entendida hoje.

Na próxima análise, encontra-se o jornal do dia vinte e cinco de agosto de mil novecentos e setenta (25/08/1970). Em outra resenha policial de título: *Tramou a expulsão da esposa do planeta para viver com aquilo*, Gambarra descreve o caso de um homem que assassina sua esposa para se relacionar com uma travesti. O jornalista discorre com a seguinte descrição: “(...) Pois seu último caso é com uma, digo, com um...Digo, não sei de travesti, que é como chamam essa pouca vergonha de homem vestido de mulher.” (GAMBARRA, 1970, p.18).

Há a clara presença de amolação de facas comentada anteriormente. Termos usados para representar travesti como “aquilo”, “o jogo dos gêneros”, “ele e ela” e “pouca vergonha” acabam gerando mais violência e estigma para as travestis pois incentiva o ódio e a segregação. Além disso, sua citação de “homem vestido de mulher” remete ao que Butler (2003) aponta sobre existirem papéis de gênero e também de como se portar socialmente. A vestimenta faz parte aqui de uma violação, de uma transgressão do gênero, e como se estivessem caminhos inatos já para determinadas pessoas.

A próxima análise é do título: *Travesti vai sair de cena*, de onze de janeiro de mil novecentos e setenta e um (11/01/1971). O texto informa que “Os espetáculos de travesti como o Les Girls, em cartaz há dois meses no teatro Miguel Lemos, estão destinados a desaparecer pois somente poderão exhibir-se em boates, sendo expressamente vedada sua participação em shows públicos” (DOMINGUES, 1971, p.6). Devido à alta censura da época, qualquer evento com travesti era apenas permitido em boates fechadas. Percebe-se que o estado aqui delimita o espaço onde uma minoria social deve estar. Novamente é necessário repensar o que Goffman (2008) cita sobre estigmatização. Há certos grupos que só são

“aceitos” se continuarem nos seus guetos e sem voz pública ou legalidade para com a sociedade. Aqui, nota-se que travestis só eram permitidas como corpos a serem exibidos em boates e locais sexualizados e não em ambientes dito, público, onde a maioria das pessoas poderiam circular.

Prosseguindo com a análise dos documentos, novamente percebe-se que quando um homem heterossexual se relaciona com uma mulher que descobre posteriormente (Ou não) ser uma travesti, os termos usados são sempre, enganado, usado entre outros de caráter depreciativo. No título, por exemplo: *2 vezes enganado com o golpe travesti*, percebe-se como as travestis são vistas, a todo momento, como seres de enganação, como uma tentação ao erro e, assim, por diante.

No jornal do dia dezesseis de junho de mil novecentos e setenta e um (16/06/1971) há a divulgação da morte de uma travesti chamada Ritinha, que “foi assassinada a tiros e navalhadas, ontem, sendo seu corpo encontrado perto de uma boca de fumo no campo de futebol à margem do RIO Mertil no Quilungo, em Vigário Geral” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1971, p.9). Na descrição dos fatos, cita-se que a travesti era “valente” e “dado a muitas brigas”. Não se sabe se a travesti era mesmo violenta ou se apenas tentava reagir às agressões cometidas na época. Pôr a culpa na pessoa travesti é recorrente como apontam os fatos do jornal do dia treze de julho de mil novecentos e setenta e dois, com o título: *Suicida-se travesti - surrado em hotel e suicidado no xadrez*. Entre a escrita dos acontecimentos, aponta que a travesti se “enforcou-se com a própria camisa (...) era dado a anormalidades e costumava vestir-se como mulher na base do travesti” (DOMINGUES, 1972, p.8). A travesti foi surrada no hotel, pois o homem que estava com ela achou que a mesma fosse uma mulher cisgênera, porém a mãe da vítima alega que não houve enganação sobre a sua filha. Após ser presa (o rapaz que estava com ela não foi) e violentada várias vezes, como aponta o jornal, a travesti se suicida. No fim do texto a mãe alega: “meu filho não era um criminoso. Criminosos são os que o espancaram no hotel”. (DOMINGUES, 1972, p.8). No decorrer da análise não foi visto nenhuma referência ao caso. Nota-se nesse artigo do jornal, a culpa que carrega o ser travesti.

Outras agressões e violação dos Direitos Humanos são presenciadas na análise do jornal. Doze dias após o ocorrido acima, há outro acontecimento de agressão para com a população travesti. Com o título: *Travesti Valéria operado no nariz: soco fez fraturas*, conta-

se o fato da travesti ter levado um soco no rosto “em consequência da agressão de que foi vítima, na Glória, por parte do chofer do táxi em que viajava. Foi submetido a uma operação para redução e mobilização dos ossos nasais” (DOMINGUES, 1972, p.8). A violência aconteceu devido a travesti ter negado relacionar-se com o taxista. Como tratado nas obras de Lopes (2018), a violência contra as pessoas que eram travestis na ditadura militar era legitimada a todo momento devidos às leis, por exemplo, de vadiagem e a alta censura com a sua arte.

É importante ressaltar que nas leituras dos jornais da época citada, a travesti Rogéria é na maioria das vezes tratada no nome social, o nome escolhido. Além disso, sua arte aparenta ser respeitada, inclusive tendo divulgações de apresentações no jornal entre outros. É necessário aqui fazer um recorte de classe, pois Rogéria viveu a maior parte da ditadura militar fora do país, tendo notoriedade na Europa. Em uma das páginas de jornal em que Rogéria aparece no título “Definitivamente mulher” encontramos, o seguinte trecho: “Segura de si, Rogéria não gosta de complicação na maneira de se vestir nem das roupas emperequetadas. (...) isso é coisa de travesti.” (VERALUCIA, 1973, p.2). No decorrer da leitura, há uma certa permissão a Rogéria de ser quem é, uma autorização seletiva visto que a censura existia e fechou peças teatrais como dito acima. Mas, ainda assim, Rogéria não obteve sequer o seu registro e como foi descrito por ela, sofreu perseguição na Ditadura Militar

Com o título: *O sexo humilhado*, o Jornal Diário de Notícias relata a prisão de uma mulher de 40 anos confundida com uma travesti. O autor do artigo aponta que “Valéria e Rogéria são exemplos muito adequados para justificar eventuais equívocos. Mas partindo dessa premissa, chega a ser o cúmulo de prender, como travesti, uma senhora de quarenta anos (...) é uma suprema humilhação à mulher.” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1973, p.5). Além de normalizar o fato de ser permitido confundir uma mulher com a travesti Rogéria, o jornal naturaliza a prisão de travestis, pois a preocupação do artigo foi a confusão de gêneros e não a prisão.

No jornal do dia sete de fevereiro de mil novecentos e setenta e quatro, com o título: *Lantejoulas, miçangas e paetês podem, travestis não*, há a alegação que, em um determinado desfile de fantasias, as pessoas travestis são proibidas de se inscreverem no concurso. O jornal discorre:

Homem de princesa não dá pé (...) Os grandes nomes dos desfiles de fantasias estão a favor do regulamento do hotel nacional, que proíbe o travesti em seu concurso de fantasia. Lugar de travesti é no João Caetano ou no Teatro da república, não em desfile de categoria internacional (...) Em desfiles, quando os participantes tentam mostrar as coisas boas do Brasil e não as coisas negativas, nem tem o menos sentido. (CASTELLO, 1974, p.7)

Como já dito no decorrer desse trabalho, há uma presente segregação das pessoas travestis nos espaços devido ao estigma que é imposto a elas, além do estereótipo de associar lantejoulas, peças de vestuário com a pessoa travesti. O jornal conclui: “Que um homem queira se fantasiar de baiana, índia ou princesa durante o carnaval não tem problema nenhum mas desde que brinque na rua, em desfiles de fantasia, não dá pé”. (CASTELLO, 1974, p.7).

Enfim, as perseguições, sejam diretas ou subjetivas, estão presentes na análise do jornal Diário de Notícias. Com vários adjetivos pejorativos e amoladores de facas, as notícias do jornal. No jornal, não há nenhuma chance das travestis darem seus pontos de vista acerca dos acontecimentos. Com isso, a história é contada sempre através de um ponto. Sendo assim

A heterossexualidade aparece como o padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Essa qualidade normativa e o ideal que ela encarna é constituída de uma forma específica de dominação, chamada heterossexismo, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior. (Borrillo, 2010, p.31)

Como as notícias não recuperam as falas da população travesti, é difícil analisar pontos importantes como o nível de instrução e outros aspectos como a classe social delas. Borrillo (2010) ainda acrescenta que é sábio categorizar a travestilidade analisando questões de classe devido à sociedade constituir uma forma de poder que gera as desigualdades. Então, a ditadura possuía a lei da vadiagem, já comentada acima, mas não dava nenhum amparo público para dar outro destino as travestis a não ser a prostituição.

Um ponto importante ressaltar é a repetição do nome de batismo nas notícias analisadas. Foi e é uma luta da população travesti em serem reconhecidas por seus nomes sociais por todo um caráter identitário e afirmativo para elas. Quando a notícia então, já se inicia com o nome masculino das travestis, a violência já se encontra.

Por fim, em uma análise de verbos usados nas notícias, pelas escolhas lexicais que foram feitas, há uma insistência em caracterizar a população travesti como violenta. Assim,

termos como enganar, debochar e corromper possui juízos de valor na escrita dos jornalistas, colocando a população travesti cada vez mais em uma espécie de gueto, cercada de privações sociais.

Nas análises é perceptível a violência e preconceitos para com a população travesti.

4. Conclusões

Ainda há muito para se conquistar. Diante da minha pesquisa, ler por exemplo a notícia da travesti que se suicidou (pelo menos o que disse o jornal) devido a ser violentada várias vezes na cadeia e ter sido presa por ser “confundida” como uma mulher é de causar dores na alma. Atualmente, tem-se o discurso de que a ditadura militar não existiu, de que na verdade o que aconteceu foi um contragolpe pois o Brasil perigava ser vítima de um Estado comunista. Nosso país não estuda história e quando estuda, esquece bem rápido. Nossa democracia é muito recente. Como a ditadura acabou em 1985, ainda temos sequelas, fragmentos de toda a repressão que aconteceu a partir dos anos 1960. Todo governo que prioriza a população pobre, negra, periférica do nosso país, é reprimido. Isso é reflexo de como somos pessoas invisíveis e nascidas para ocuparmos apenas lugares permitidos pelos grandes governantes.

Houve uma certa dificuldade na pesquisa por falta de notícias sobre as travestis na época da Ditadura Militar. Digitando o termo travesti no Jornal analisado as maiores notícias eram trechos bem pequenos, na Maioria das vezes apenas propaganda de shows (principalmente do les girls).

. Gostaria de ter tido mais tempo de analisar outros jornais por exemplo e tentar fazer uma comparação entre eles sobre como abordavam a travestilidade. Pretendo continuar a trabalhar sobre o tema no decorrer da minha vida acadêmica, no mestrado e no doutorado para tentar trazer a memórias das pessoas que não tiveram oportunidade de terem suas vozes ouvidas, como estou tendo agora.



Agradecimentos

Ao meu orientador de Tcc de onde saiu a pesquisa que gerou o presente trabalho, Carlos Eugênio Soares de Lemos, também gratidão com a Universidade Federal Fluminense e todo o corpo docente e também a amiga Ivanisy Amaral Capdeville que me incentivou a divulgar a pesquisa.

Referências

- BAPTISTA, Luis Antonio. **A atriz, o padre e a psicanalista-os amoladores de faca**. IN: _____. A cidade dos sábios. São Paulo: Summus, 1999.
- BENEDETTI, M. (2000). **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Dissertação de Mestrado, Programa de PósGraduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Borba, R. (2008).
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2000.
- BUTLER, Judith. P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro. Civilização brasileira. 2003.
- BUTLER. Judith. **Bodies that matter**. On the Discursive Limits of "Sex". New York: Routledge, 1993.
- Brasileiras especial com Daniel Aarão - 50 anos do Golpe Militar. Tv Brasil. Brasileiras.org. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=7oPxFrt2PxU>>. Acesso em Jun. 2018.
- BRITO, Leonardo. **50 anos do Golpe (1964-2014): Artigos, relatos e textos literários da Jornada Pedagógica do NUTH-Colégio Pedro II/ Carolina Mary Medeiros, Jorge Marques e Selmo Nascimento da Silva (org.).** -1 ed. São Paulo: Editora Pontocom. 2016. Disponível em: < http://www.editorapontocom.com.br/livro/47/nuth-cp2_47_58498a8740eb8.pdf>. Acesso em: Maio 2018.
- CASTELLO, José. **Lantejoulas, miçangas e paetês podem. Travesti não**. Diário de Notícias. Rio de Janeiro. 1974.

CODATO, Adriano Nervo. **O golpe de 1964 e o Regime de 1968: Aspéctos conjunturais e variáveis históricas**. História: Questões & Debates; Curitiba, n. 40, p. 11-36, 2004. Editora UFPR. Disponível em: < <https://revistas.ufpr.br/historia/article/download/2735/2272>>. Acesso em: Maio 2018.

CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. **A marcha do livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.24, n.47, p. 271-301. 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100011> . Acesso em : Jun. 2018.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro. 1970-1973.

DOMINGUES, Heron. **Su cida-se travesti surrado no hotel e suviciado no xadrez**. Diário de Notícias. Rio de Janeiro. 1972.

_____ **Censura d  fim ao Les Girls que faz cartaz no Miguel Lemos**. Diário de Notícias. Rio de Janeiro. 1972.

_____ **Travesti Valéria operado do nariz: soco fez fraturas**. Diário de notícias. Rio de Janeiro. 1972.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Diário de Noticias**. IN: Dicionário histórico- biográfico brasileiro p s- 1930, v.2. Coord. ABREU, Alzira Alvez de...[et AL.]. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-de-noticias-rio-de-janeiro>>. Acesso em: Out. 2018.

FOULCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1996.

_____ **1. História da sexualidade: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1999.

GAMBARRA, Gilvandro. Extremos: **Elas corrompem menores e eles vão de travesti no “trottoir”**. Diário de Notícias. Rio de Janeiro. 1970.

_____ **Tramou a “expulsão” da esposa do planeta para viver com aquilo...** Diário de Notícias. Rio de Janeiro.1970.

GAZELATTO, Caio & GARDIN, Valéria: O discurso de ódio como instrumento limitador da sexualidade humana. Revista jurídica Cesumar set-dez. 2016, v.16, n.3. p.919-938.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GREEN, James N; QUINALHA, Renan (orgs.). **Ditadura e homossexualidade: repressão, resistência e a busca pela verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

JESUS, Jaqueline Gomes de.

Orientações sobre identidade de gênero : conceitos e termos Brasília, 2012. 42p.

LOPES, Fábio Henrique. **Travestilidades e ditadura civil-militar: Apontamentos de uma pesquisa**. Revista Esboços, Florianópolis, v.23, n.35, p. 145-167, set. 2016. Acesso em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/2175-7976.2016v23n35p145>>.

Acesso em Out. 2018.

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006.

O Golpe Militar de 31 de Março de 1964. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Q9s1QUCpNdw>> Acesso em: Jun.2018.

SIKORSKI, Fernando de Oliveira. **Os Atos Institucionais como Instrumentos de recrudescimento da Ditadura Militar Brasileira entre 1964 e 1968**. História UFPR.2010. Disponível em:<

http://www.historia.ufpr.br/monografias/2010/2_sem_2010/resumos/fernando_oliveira_sikorski.pdf>. Acesso em Jun. 2018.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. USP. São Paulo. 2017.

MOUTIAN, Ilana. **Aspéctos sobre travestilidade e envelhecimento: história, corpo e imigração**. Quaderns de psicologia, 2015. Vol., 17. N, 5. 31-44

RIZZO, Walter. **Travesti não entra**. Diário de Notícias. Rio de Janeiro. 1970.

SILVA, Edlene Oliveira; BRITO, Alexandre Magno Maciel Costa. **Travestis e transexuais no jornal Lâmpião da Esquina durante a ditadura militar (1978-1981)**. Dimensões, v. 38, jan.-jun. 2017, p. 214-239. Disponível em :< <http://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/16813>>. Acesso em: Out. 2018.

SILVEIRA, Joel. **São 50 “bonecas” e vieram pra sambar**. Diário de Notícias. Rio de Janeiro. 1970.



SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** New York, Columbia University Press. 1989.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: **O golpe contra as reformas e a democracia.** Revista Brasileira de História. São Paulo, V. 24, n.47, p. 13-28- 2004. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000100002>. Acesso em: Jun.2018.

VERALÚCIA. Rogéria, **definitivamente mulher.** Diário de Notícias. Rio de Janeiro.1973.

VIEIRA, Helena. **Onde estavam as travestis durante a Ditadura?** Disponível em:< <https://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/04/05/onde-estavam-travestis-durante-ditadura/>>, Disponível em: Out. 2018.